

O Banco Mundial, sem condições de dar mais apoio a países.

O vice-presidente do Banco Mundial para Política Financeira, Planejamento e Orçamento, Joseph Wood, disse ontem a um grupo de jornalistas que as garantias que o Bird oferece nas operações de co-financiamento com credores privados estão limitadas, do mesmo modo que os empréstimos, pela base de capital e reservas da instituição.

O Banco Mundial tem um bearing ratio (taxa de alavancagem) de um por um (isto é, um dólar de empréstimo para cada dólar de capital), o que significa que seu apoio aos países em desenvolvimento mediante garantias sofre o mesmo tipo de limitação.

Isso lança alguma dúvida sobre a capacidade de o Banco Mundial de realmente agir como catalisador de amplos recursos adicionais para os países-membros de porte médio através das operações de co-financiamento.

O Banco Mundial tem sido centro de outro tipo de controvérsia. Tanto os Estados Unidos como os países em desenvolvimento querem que o Banco continue desempenhando seu papel clássico, mas ambos interpretam esse papel de modo diferente. Os norte-americanos, seus maiores acionistas, insistem em que o Banco Mundial deve ater-se ao financiamento de projetos de investimento, e esquecer essa história de apoiar políticas de governo, através do programa especial de ação, de empréstimos estruturais, etc.

Os latino-americanos, por exemplo, evidentemente desejam que o Banco continue financiando projetos específicos, mas não fique apenas nisso e apóie tudo que diga respeito à promoção do desenvolvimento econômico. Promover o desenvolvimento é o papel do Banco Mundial, afirmam. Para eles, este papel não se confunde com o do FMI, cujos objetivos seriam de prazo mais curto.

Wood reconhece que o Fundo Monetário e o Banco Mundial têm áreas diferentes de especialidade, mas a divisão de seus papéis entre longo prazo e curto prazo é simplista. Os programas do FMI hoje exigem muitos anos de disciplina fiscal e monetária.

O vice-presidente do banco explicou também que, a seu ver, o Grupo dos 24 reagiu de maneira exagerada à intenção do Bird de acompanhar mais de perto as políticas econômicas dos membros. Isso só se aplica aos grandes devedores e aos países pobres da África ao Sul do Saara, disse. Muitos países em desenvolvimento estão em situação mais tranquila e supostamente não exigem tanto policiamento.

Mas, mesmo no caso dos grandes devedores, o banco não pretende suspender os empréstimos aos países de cujas autoridades discordem em matéria de política econômica, disse Wood. Isso não quer dizer, explicou, que o Fundo Monetário é duro e o Banco Mundial é mole. Essa distinção também é simplista, a seu ver. Acontece que os aspectos a que o FMI e o banco prestam atenção geralmente são muito diferentes. Suspensão de empréstimos só acontece em casos extremos, disse.

Quando lhe pediram para explicar a diferença de opinião entre o FMI e o Banco Mundial sobre as perspectivas da economia global, Wood disse que o Banco também acha que os últimos 18 meses foram bons. Mas, a prazo médio, preocupa-se com a evolução dos países endividados, cuja sorte depende de o mundo industrializado manter altas taxas de crescimento, taxas de juros razoáveis e os mercados abertos. A margem de erro é muito pequena, afirmou.

Wood disse que o Fundo Monetário realizou um extraordinário trabalho ao coordenar as operações de reescalonamento e financiamento da dívida externa dos países em desenvolvimento. Mas, referindo-se ao último pacote firmado entre o México e seus credores privados, Wood disse que não envolve os recursos adicionais de que o México vai precisar. "Nosso papel é mobilizar dinheiro novo para o México", disse. Explicou que isso poderia ser feito, por exemplo, através do apoio ao setor de eletricidade do México, o que ofereceria aos emprestadores uma oportunidade de colocar seus recursos. Hoje em dia, afirmou, os bancos também estão muito cautelosos, procurando evitar erros. Tendem a concentrar-se em duas áreas, o financiamento do comércio e investimentos em projetos específicos.

A.M. Pimenta Neves, correspondente em Washington.

Reforma bancária, sem pressões do FMI?

O Fundo Monetário Internacional considera a implantação da reforma bancária uma medida da maior importância para melhorar a administração fiscal e monetária no Brasil, mas não está pressionando para sua adoção imediata, assegurou ontem o ministro interino da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que chefia os quatro grupos que estudam a reforma e esteve em Washington na semana passada, em contato com a direção do Fundo.

Com a implantação da reforma bancária, esclareceu Mailson, não haverá nenhum problema para que a emissão de títulos e os recursos necessários para o giro da dívida pública venham do orçamento fiscal e não mais do orçamento monetário. O fato de o orçamento fiscal para 1985, em tramitação no Congresso, não incluir uma dotação destinada a atender aos encargos da dívida, não constitui obstáculo, disse ele.

— Definida a implantação da reforma bancária, a partir de janeiro — explicou —, o lançamento adicional de títulos constituirá uma operação de crédito. Então, o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo projeto de lei de abertura de crédito especial, dando como fonte de receita este lançamento de títulos.

Disse que a reforma bancária em nada vai alterar a estrutura do endividamento público. Se implantada, ocasionará basicamente uma mudança administrativa, passando do Banco Central para o Ministério da Fazenda a administração da dívida pública.

Banco do Brasil

O Banco do Brasil, que hoje tem 18% do total dos empréstimos do setor bancário, tentará chegar a 25% ou 30%, após a conclusão da reforma que tirará dele as funções de autoridade monetária, transformando-o num banco comercial. A informação foi dada ontem, em Belo Horizonte, pelo diretor de Controle e Relações de Mercado do BB, Sadi Assis Ribeiro Filho, para quem este avanço da instituição no mercado dos bancos comerciais é "legítimo".